

PESSOA COM DEFICIÊNCIA E CAPACITISMO: O PSICÓLOGO COMO AGENTE DE INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

CAMPOS, Rogerio Tragibo¹

BOLONHEZI, Camilla Samira de Simoni²

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Capacitismo. Psicólogo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho examina a temática da pessoa com deficiência frente ao contexto histórico, social e familiar. Analisa-se o capacitismo - preconceito qualificado pela deficiência -, a intolerância, as barreiras e a falta de oportunidades da pessoa com deficiência inerentes a este cenário.

Em um cenário de exclusão, segregação, capacitismo, intolerância e barreiras, o trabalho do Psicólogo se faz de suma importância para que ações políticas, culturais, sociais e terapêuticas sejam efetivadas e possam promover a integração da pessoa com deficiência em todos os ambientes sociais.

A pesquisa é de fundamental importância para a discussão e promoção de um ambiente inclusivo, na medida em que ainda somos uma sociedade capacitista e segregadora, incapaz de eliminar barreiras para a inclusão e promoção da diversidade humana.

OBJETIVO

Apresentar e compreender os conceitos de pessoa com deficiência, preconceitos inerentes a essa condição humana, o capacitismo, a segregação, as práticas inclusivas e o papel do psicólogo como agente transformador e promotor de inclusão e da diversidade.

MÉTODO

O método utilizado na pesquisa é o dedutivo. Segundo Bittar (2003, p.17), o método dedutivo “procede do geral para o particular”.

¹ Rogerio Tragibo de Campos. Graduando do Curso de Psicologia da Faculdade de Apucarana – FAP. 2022. Contato: rogeriotragibo@gmail.com.

² Camila Samira de Simoni Bolonhezi. Orientadora e Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Apucarana. Contato: trabalhos.profcamilla@gmail.com

A técnica de pesquisa é a leitura e o fichamento de obras, com levantamentos bibliográficos referentes ao assunto. Para tanto, utiliza-se a análise bibliográfica especializada, por consulta a fontes primárias e secundárias.

DESENVOLVIMENTO

Pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (artigo 2º da Lei n. 13.146/2015).

De acordo com Valle (2014, p. 14), as deficiências são apenas variações humanas naturais, que acabaram sendo “categorizadas como deficiências por uma sociedade pouco disposta a se reconfigurar em termos de remover barreiras ou restrições”. Figueira (2021) destaca que as questões que envolvem as pessoas com deficiência foram construídas culturalmente.

Solomon (2013, p. 11) enfatiza que, “[...] muitos de nós não estamos preparados para filhos que apresentam necessidades desconhecidas”. Para o autor, as crianças são como maçãs que não caem longe da árvore, o que significa que são semelhantes aos seus progenitores. Contudo, conforme o autor, existem as que possuem condições estranhas aos seus pais. “São aquelas com condições horizontais distintas de seus pais: são surdas, anãs, possuem síndrome de Down, autismo, esquizofrenia, ou múltiplas deficiências graves”. (SOLOMON, 2013, p. 16).

Geralmente os pais acham “[...] que os filhos estariam melhor se fossem como eles [...]”. (SOLOMON, 2013, p. 13).

Devido à transmissão de identidade de uma geração para a seguinte, a maioria dos filhos compartilha ao menos algumas características com os pais. São o que chamamos de identidades *verticais*.

[...]

Muitas vezes, porém, alguém tem uma característica inata ou adquirida que é estranha a seus pais e, portanto, deve adquirir identidade de um grupo de iguais. É o que chamamos de identidade *horizontal*. (SOLOMON, 2013, p. 12). (Itálicos no original)

Frise-se que “as identidades verticais em geral são respeitadas como identidade; as horizontais são muitas vezes tratadas como defeitos”. (SOLOMON, 2013, p. 15).

As pessoas com deficiência sempre conviveram com o abandono, o preconceito, a discriminação e a exclusão. (FIGUEIRA, 2021).

No início do século XX, as famílias tinham pressa em institucionalizar as crianças com deficiência, o que significava a impossibilidade de discutir o tema e de possibilitar o desenvolvimento dessas pessoas, que muitas vezes passavam reclusas nessas instituições por toda a vida longe da vida familiar e social. As pessoas com deficiência eram compreendidas como um fardo para toda a família. (DONVAN, 2017).

Exemplo marcante dessa realidade no Brasil é trazida por Arbex (2013), que retratou a desumanidade e a crueldade praticada contra pessoas com deficiência, e não somente, mas principalmente, no interior do Brasil até o final do século passado, em casas de internação compulsória: os hospícios. Segundo a autora, pessoas foram internadas nessas instituições sem qualquer critério, alguns porque simplesmente “eram diferentes”. Prevalcia “a teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social [...] Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar”. (ARBEX, 2013, p. 26).

Quando se fala em pessoa com deficiência, além da intolerância, da violência, da discriminação, ainda há o preconceito decorrente da deficiência: o capacitismo, que “nasce através do nosso julgamento pela capacidade das pessoas com deficiência, e assim como todo preconceito consciente e identificado, desconforta e incomoda [...]”. (DUARTE, 2021, p. 14).

Em alguns casos, as pessoas com deficiência precisam conviver, ainda, com a superproteção de pais, que acabam por sepultar a independência e a capacidade dos filhos e os impedem de viverem como as demais pessoas, unicamente em decorrência de sua deficiência, na crença de que são incapazes de fazerem algo sozinhas. Muitos pais “adotam uma exagerada conduta de superproteção. Vivem pelo filho, falam por ele, decidem por ele, solucionam seus problemas, impossibilitando o seu desenvolvimento”. Assim, “esses pais, sem perceber, anulam a sua autonomia e, de certa forma, aprisionam suas próprias escolhas, decisões e frustrações”. (DUARTE, 2019, p. 26).

Valle (2014, p. 47) ressalta que é necessário compreender “as deficiências como parte natural da diversidade humana”. Pondera o autor que, “examinar e refletir honestamente sobre as nossas crenças, os nossos valores, as nossas atitudes e os nossos medos é o primeiro passo em direção à criação de comunidades inclusivas”, pois estas “reconhecem e se baseiam em toda sorte de

variação humana. [...] A diversidade é o coração da inclusão”. (VALLE, 2014, p. 72-73).

Saliente-se que “a diversidade faz parte de todos nós, da realidade e da vida humana na Terra”. (ROCHA, 2017, p. 17). Há se acrescentar que, “somos todos diferentes e são essas diferenças e singularidades, que devem ser motivo de complementariedade, inovação, florescimento psicológico, emocional e físico. Não de pressão, tristeza, pessimismo ou ódio”. (ROCHA, 2017, p. 20).

Frente a este cenário de barreiras, capacitismo, segregação e exclusão vivenciados pelas pessoas com deficiência, surge o Psicólogo como agente de transformação, inclusão e de promoção da dignidade da pessoa humana, conforme preceituam os princípios fundamentais estabelecidos no Código de Ética da profissão (Resolução CFP n. 010/2005). O Psicólogo, no seu fazer psicológico, deve agir para que a sociedade compreenda que a deficiência é uma dimensão da diversidade humana e para que as pessoas com deficiência sejam incluídas em todos os ambientes sociais. Com efeito, “a psicologia deve participar como aliada na construção de realidades sociais que ofereçam acesso ao mundo de forma igualitária, evitando uma práxis de segregação [...]”. (NETO e ARAÚJO, 2020, p. 5).

Em arremate, o trabalho do Psicólogo surge como imprescindível para a eliminação de barreiras e para a promoção da inclusão e da dignidade humana da pessoa com deficiência.

CONCLUSÃO

Ao final do presente trabalho pode-se concluir que se atingiu o objetivo inicialmente proposto. Longe de esgotar o tema, o trabalho apresentou em linhas gerais o tema, inserindo o contexto das pessoas com deficiência em seu nível histórico e social, bem como as barreiras inerentes a esta condição humana, o capacitismo, a intolerância, a falta de oportunidades e a necessidade da plena inclusão.

Com a finalização da pesquisa, é possível compreender o contexto familiar e social da pessoa com deficiência e que a sua compreensão como uma das vertentes da diversidade humana é primordial para que possamos construir uma sociedade civilizada e democrática, que sabe respeitar os direitos humanos de todos, independentemente de sua condição humana (raça, origem, etnia, deficiência, orientação sexual etc).

Por fim, conclui-se que o trabalho do Psicólogo é fundamental, pois é o profissional habilitado a fornecer um ambiente de fala e de reflexões acerca da condição humana, primando pelo respeito aos direitos humanos fundamentais.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. **Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015**: Estatuto da pessoa com deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 junho 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n. 010/2005**: Código de ética profissional do psicólogo. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em 16 junho 2022.

DONVAN, John. **Outra sintonia**: história do autismo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DUARTE, Alex. **Capacitista em desconstrução**: um guia para transformar seus preconceitos em oportunidades de inclusão. São Paulo: Cromossomo 21, 2021.

_____. **Como empoderar pessoas com deficiência**: um guia para transformar limitações em autonomia e independência. São Paulo: Cromossomo 21, 2019.

FIGUEIRA, Emílio. **As pessoas com deficiência na história do Brasil**: uma trajetória de silêncios e gritos. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

NETO, Joao Batista Machado; ARAÚJO, Jéssica Batista. **Por uma Psicologia Anticapacitista**: Perspectivas da Psicologia Direcionadas a Pessoas com Deficiência. *Cientific@* v. 7, n. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/cientifica/article/view/5864>. Acesso em: 16 junho 2022.

ROCHA, Liliane. **Como ser um líder inclusivo**: fuja do *diversitywashing* e valorize a diversidade. São Paulo: Scortecci, 2017.

SOLOMON, Andrew. **Longe da árvore**: pais, filhos e a busca da identidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

VALLE, Jan W. **Ressignificando a deficiência**: da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre: AMGH, 2014.